



Guia Prático para Professores:

Identificação de Barreiras à inclusão de alunos com TEA com possíveis disfunções sensoriais para auxílio ao planejamento de Intervenções Inclusivas no contexto pré-escolar:

Guia Prático para Professores:

Identificação de Barreiras à inclusão de alunos com TEA com possíveis disfunções sensoriais para auxílio ao planejamento de Intervenções Inclusivas no contexto pré-escolar:

Autoria: Ana Carolina Rodrigues Savall^{1,2}, Simone Marcelino Rodrigues¹, Claudete Barbosa Ruschival³, Soeli Francisca Mazzini Monte Blanco⁴, Enrico Oliveira Lazzari Girardi⁵, Eduardo Gabriel Queiroz Palmeira⁵, Marcia Seixas⁵, Pedro de Oliveira Silva⁴, Susana Cristina Domenech^{4,5}

¹Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE)

²Ser Vida Instituto de Inovação e Inclusão.

³Programa de Pós-Graduação em Design, Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

⁴Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede (PROFEI-UDESC)

⁵Programa de Pós-Graduação em Design (PPGDESIGN-UDESC)



I INTRODUÇÃO

Por que foi desenvolvido o guia?

O Presente recurso educacional é oriundo da necessidade de criar um guia que permitisse aos profissionais do contexto pré-escolar, identificar encontrar soluções de tecnologia assistiva que permitissem aprimorar o processo de inclusão na educação infantil, de educando(as) com diagnóstico de transtorno do espectro autista, que apresentem possíveis disfunções sensoriais. Trata-se de uma ferramenta que permite, por meio de uma sequência guiada passo-a-passo, tornar possível a tomada de decisão, em relação a quaisquer adequações que se fizerem necessárias, seja de materiais didáticos, ou no ambiente, no planejamento de rotinas e atividades didáticas, bem como nos processos de comunicação, ou na aquisição/construção de recursos de tecnologia assistiva permitindo o acesso do educando aos processos pedagógicos e à participação das atividades com seus pares.

Como surgiu o guia?

O presente recurso educacional teve inspiração na ideiação inicial de C. B. Ruschival e sua equipe, no Programa de Mestrado Profissional em Design, da Universidade Federal do Amazonas, tendo elaborado em 2022 a “**Project Idea Canvas**”. A ferramenta, foi inicialmente concebida para servir de suporte a acadêmicos de design de produto, na estruturação da ideia Inicial de Projetos de design (Gomes et. al., 2023).

Durante seu estágio de Pós-Doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Design da UDESC, a Dra. Ruschival) em parceria com as pesquisadoras MSc. A. C. R. Savall e MSc. S. M. Rodrigues, da Fundação Catarinense de Educação Especial, criaram nova versão, intitulada “**Modelo Canvas LABITARE**”. Esta, possuía o propósito de adaptar o método, de modo a oferecer suporte à assessoria técnica oferecida por profissionais de Educação Especial e Inclusiva da FCEE às escolas públicas do estado de Santa Catarina. Assim, a ferramenta permitia guiar de forma sistemática, e dar suporte para ajudá-los na estruturação da ideia inicial de projetos de Tecnologia Assistiva aplicados à área da educação. A ferramenta permitia atender a necessidade de identificar quaisquer necessidades de implementação de adaptações no ambiente escolar, ou em materiais didáticos, ou ainda, na obtenção/criação de tecnologia assistiva, de modo a que educandos da rede pública de ensino em Santa Catarina, pudessem ter seu acesso às atividades e participação no ambiente. A ferramenta assim constituída, é o método empregado pelo *laboratório LABITARE* (FCEE) para avaliar de uma forma geral e abrangente, qualquer tipo de problema enfrentado pelas Instituições Escolares, públicas ou privadas de Santa Catarina, no âmbito da inclusão escolar, sendo avaliada de uma forma ampla. Por esse método, os profissionais da Fundação Catarinense de Educação Especial avaliam e encontram soluções de TA das mais diversas, aplicadas às demandas das escolas públicas ou privadas, contando para tal do apoio de uma rede de suporte profissional interna, do LABITARE.

Frente às demandas de necessidades de escolas, principalmente às públicas, localizadas na esfera nacional, identificadas por meio do Mestrado Profissional de Educação Inclusiva em Rede - PROFEI, e, considerando a necessidade de atender demandas bem específicas (como por exemplo, as de crianças com diagnóstico de Transtorno do espectro Autista, matriculadas na educação infantil), a equipe de pesquisadores formada por professores da Universidade do Estado de Santa Catarina e mestrandos (vinculados ao PROFEI-UDESC), Doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Design (PPGDESIGN-UDESC) e Pesquisadores da Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), e a pesquisadora do Mestrado Profissional em Design da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) tomaram a iniciativa de criar o presente recurso, de modo a poder tornar mais rápido e fácil o acesso por meio de um guia passo-a-passo, para professores de outras regiões do país. Desta forma, o recurso objetiva proporcionar um guia prático para que profissionais da educação infantil possam identificar problemas, e encontrar soluções de tecnologia assistiva, acessíveis à sua realidade escolar.

Qual é a função do Guia?

Concebida para atender as demandas de crianças com diagnóstico de transtorno do espectro autista, com possíveis disfunções sensoriais, matriculadas na educação infantil): apresentada por meio do presente recurso educacional, trata-se de uma produção científica vinculada à Dissertação de Mestrado de Pedro de Oliveira Silva, orientado pela Prof. Dr. Susana Cristina Domenech e co-orientado pela Prof. Dr. Soeli Francisca Mazzini Monte Blanco (Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede da Universidade do Estado de Santa Catarina – PROFEI/UDESC), contando com participação e co-autoria dos seguintes pesquisadores colaboradores: MSc. Ana Carolina Rodrigues Savall (FCEE), MSc. Simone Marcelino Rodrigues (FCEE), Prof. Dr. Claudete Barbosa Ruschival (UFAM), MSc. Enrico Oliveira Lazzari Girardi (UDESC), MSc. Eduardo Gabriel Queiroz Palmeira (UDESC), MSc. Marcia Seixas (UDESC).

A versão tem a função de deixar à disposição da escola, um guia prático para profissionais da educação infantil, que permita a identificação de quais barreiras estariam impactando na realização de atividades e na participação de educandos(as) com diagnóstico de transtorno do espectro autista, com possíveis disfunções sensoriais, matriculados(as) na educação infantil, facilitando a tomada de decisão a respeito da tecnologia assistiva mais apropriada para resolução dos problemas identificados na inclusão escolar.

A quem se destina o Guia?

O caderno-guia destina-se a gestores, professores, profissionais vinculados a instituições da educação infantil, públicas ou privadas, para auxílio no rastreo de problemas e na geração de soluções de tecnologia assistiva, de modo a aprimorar a inclusão escolar de crianças identificadas com diagnóstico do transtorno do espectro autista, e que necessitem de suporte, por uma possível disfunção sensorial.

I INTRODUÇÃO

Conceitos importantes para compreensão do uso do guia:

Para compreender os princípios e conceitos que fundamentam estas versões, são elencados a seguir alguns conceitos importantes:

O que é **deficiência**?
“[...] aquela que tem **impedimento de longo prazo** de natureza **física, mental, intelectual ou sensorial**, o qual, em interação com uma ou mais **barreiras**, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, *online*).

O que é **barreira**?
"[...] qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros [...] (BRASIL, 2015, *online*).

E:
"[...] aspectos relacionados aos fatores contextuais (do ambiente ou mesmo pessoal), que, por sua presença ou até mesmo diante de sua ausência, limitam a funcionalidade e resultam em incapacidade, ou seja, em limitação, restrição ou impedimento." (BRASIL, 2015, *online*).

Barreiras, em sua concepção, compreendem-se como obstáculos à acessibilidade. Onde o termo acessibilidade, é **definido** por:

Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015, n.p.).

Entendendo-se que se há **barreiras para que haja acessibilidade**, ou seja, **que dificultam o acesso** do indivíduo com deficiência às **atividades e participação** na sociedade, e, especificamente neste trabalho, à escola, e portanto, que ocorra um **processo inclusivo**, é necessário identificar, que tipo de barreiras podem estar presentes. É necessário primeiramente que se **identifique** e **classifique** de forma clara e objetiva as principais **barreiras** que um(a) educando(a) enfrenta e com quais **facilitadores** o(a) mesmo(a) conta para o processo de inclusão escolar.

Para que esta identificação ocorra de forma integral, torna-se necessário que sejam considerados todos os aspectos envolvidos na vida do educando, de modo a compreender quem é o indivíduo, quais as suas características pessoais (gostos, hábitos, preferências e necessidades), suas funções, habilidades, inseridas em um contexto ambiental e social que fará parte de suas atividades de vida diária e escolares.

Fundamentos Filosófico-epistemológicos do Guia:

Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF):

Para que a avaliação contemple a complexidade de fatores e seja possível definir as barreiras e facilitadores à inclusão, **os domínios da CIF: Estruturas do Corpo, Funções do Corpo, Fatores Ambientais, Atividades e Participação, Fatores Pessoais** são tomados referência para avaliar o indivíduo, o contexto e sua participação em atividades com os indivíduos de sua convivência (colegas, professores, profissionais de apoio, familiares). Uma vez identificadas as barreiras e facilitadores ao acesso do indivíduo nas atividades e participação da escola, a sistemática busca desenvolver em uma segunda fase, denominada “Gerar Soluções” soluções de tecnologia assistiva aos problemas identificados como prioritários. Entendendo-se o termo:

Tecnologia assistiva, por meio do conceito:
"[...] uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social". (BRASIL, 2007) Dentre as “áreas macro” da tecnologia assistiva, definidas pela Portaria Interministerial MF/MCTI/SDH N° 604/2013, estabelecida por meio das diretrizes da *American with Disabilities Act (ADA)* (<https://www.ada.gov/>) e adotadas pelo Comitê de Ajudas Técnicas (Brasil, 2007), encontram-se:

- Área Macro 1: Auxílios para a vida diária e vida prática
- Área Macro 2: Comunicação Aumentativa e/ou Alternativa
- Área Macro 3: Recursos de acessibilidade ao computador
- Área Macro 4: Sistemas de controle de ambiente
- Área Macro 5: Projetos arquitetônicos para acessibilidade residencial
- Área Macro 6: Órteses e Próteses
- Área Macro 7: Adequação Postural
- Área Macro 8: Auxílios de mobilidade
- Área Macro 9: Auxílios para qualificação da habilidade visual e recursos que ampliam a informação a pessoas com baixa visão ou cegas
- Área Macro 10: Auxílios para ampliação da habilidade auditiva e para autonomia na comunicação de pessoas com déficit auditivo, surdez e surdo-cegueira
- Área Macro 11: Adaptações em veículos e em ambientes de acesso a veículo
- Área Macro 12: Esporte e Lazer (Acrescida pela Portaria Interministerial MF/MCTI/SDH nº 604/2013)
- Área Macro 13: Recursos Escolares e Pedagógicos (acrescida pelas Diretrizes CAESPs SC 2020: SANTA CATARINA, 2020)

A **área Macro 13 (Recursos escolares e Pedagógicos)** foi, e tem como conceito:
Engloba equipamentos, mobiliários, recursos, materiais, métodos, atividades, práticas, estratégias e serviços referentes ao processo de ensino e aprendizagem, voltados à acessibilidade metodológica ou pedagógica (SANTA CATARINA, 2020). Por sua vez, as soluções de tecnologia assistiva a serem desenvolvidas no contexto escolar, serão na sua maioria da área Macro 13: “Recursos Escolares e Pedagógicos”, os quais seguirão diretrizes preconizadas pelas seguintes fundamentações filosófico-epistemológicas:

Design Universal para a aprendizagem (ROSE, D.& GORDON, D, 2002):
Toda solução de Tecnologia Assistiva no ambiente escolar, principalmente no que se refere a adaptações de recursos didáticos, atividades planejadas ou técnicas de intervenção pedagógica, serão pautadas nos preceitos do Design Universal para a Aprendizagem (Universal Design for Learning), sob a premissa de que **devem ser úteis e possibilitar a participação e interação de todos os educandos da sala de aula onde se encontra o(s) aluno(s) com deficiência(s)**.

Design Centrado no Usuário (Norman, 2013):
O indivíduo com deficiência é o centro e motivo de toda a atenção. Toda a avaliação e tomada de decisão em relação às soluções de tecnologia assistiva, devem contemplar não somente seus aspectos funcionais (a cargo dos profissionais e auxiliares de apoio) mas considerando as necessidades, gostos pessoais, opiniões e preferências do indivíduo com deficiência.

Design Participativo (SCHULER, D. & NAMIOKA, A.; 1993):
Os problemas estão na sala de aula, e os próprios educandos, são a solução. As soluções de Tecnologia Assistiva devem surgir do diálogo em grupo, buscando formar equipes colaborativas, de professores, profissionais e alunos, que criem vínculos e fortaleçam o espírito de parceria. O protagonismo dos educandos mediado por professores, gera o círculo virtuoso e cria o sentimento de pertencimento, empatia e responsabilidade.

I MANUAL DE UTILIZAÇÃO

O presente manual oferece instruções para utilização da versão do guia prático para professores. Trata-se de recurso educacional que objetiva auxiliar o profissional da instituição escolar (professor, gestor, profissional de apoio) a avaliar, seguindo uma sistemática passo-a- passo, o espaço escolar, o ambiente escolar, as relações estabelecidas entre os indivíduos do contexto escolar e núcleo familiar com a criança, e as características da própria criança, de tal forma que possam ser identificadas as barreiras que dificultam a inclusão escolar, bem como os facilitadores que podem ser empregados para ajudar no processo inclusivo.

No item (1) a seguir serão descritos os materiais que compõem a ferramenta, e no item (2), descrever-se-á o modo de utilização, oferecendo para cada etapa, um exemplo prático de como executar a etapa. O exemplo prático e as sugestões de execução foram elaboradas por meio de uma pesquisa amparada pelo:

Ofício Circular Nº 17/2022/CONEP/SECNS/MS
(https://www.udesc.br/arquivos/udesc/id_cpmenu/11857/Oficio_Conep_07_07_22_Pesquisas_em_Ciencias_Humanas_e_Sociais_16572019589765_11857.pdf) , que trata de Orientações acerca do artigo 1.º da Resolução CNS n.º 510, de 7 de abril de 2016, no qual indica-se a dispensa de submissão ao Sistema CEP/Conep, exclusivamente a protocolos de pesquisa cujos procedimentos enquadrem-se, na totalidade, em um ou mais incisos do referido artigo.

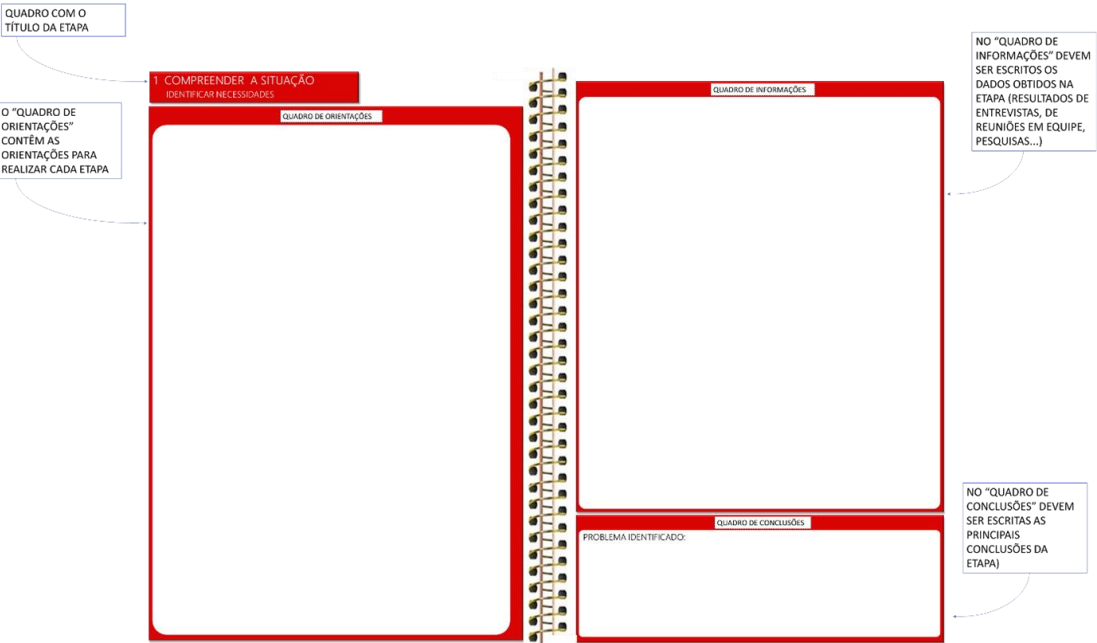
No caso do presente trabalho, por tratar-se da proposição de um guia para avaliação que se encontra em desenvolvimento, (e a qual ainda será testada e validada por meio de estudos de caso em estudos futuros).

Estrutura geral do recurso educacional

O Recurso Educacional constitui-se de um caderno-guia, disponível para impressão.

ESTRUTURA FÍSICA: Cada folha de impressão está no formato A3. Após impresso, tem-se um caderno com páginas em tamanho A4, as quais podem ser cortadas e encadernadas com espiral ou encadernação simples.

COMO UTILIZAR: o caderno-guia possui orientações e detalhamento de como executar cada etapa e oferece informações a respeito dos demais documentos de apoio à pesquisa e avaliação (protocolos, questionários, entre outros). Está organizado de tal forma que para cada etapa, há duas páginas.



Como ilustrado na **Fig.**, a estrutura do caderno-guia se repete em cada etapa, para facilitar seu uso.

Ao abrir o caderno, pode ser visualizado na FOLHA À ESQUERDA:

- ✓ Uma tarja com o **TÍTULO DA ETAPA** em que se encontra o processo de avaliação;
- ✓ Um **QUADRO DE ORIENTAÇÕES**, o qual possui informações com a finalidade de guiar a execução da etapa em questão.

A FOLHA À DIREITA, possui um:

- ✓ **QUADRO DE INFORMAÇÕES:** neste quadro, uma vez coletadas as informações, o avaliador deverá reler todas suas anotações a respeito das discussões em equipe, protocolos de avaliação efetuados, questionários, ou entrevistas realizadas, ou ainda, anotações, fotografias ou gravações de atividades ou do espaço escolar efetuadas na etapa, e registrar “a próprio punho” as informações mais importantes obtidas nessa etapa. Quando a etapa for de desenvolvimento da TA, este quadro tem a finalidade de anotar conceitos, requisitos, esboços ou desenhos que permitam o desenvolvimento dos produtos de TA, conforme o planejamento da etapa.

QUADRO DE CONCLUSÕES: neste quadro, o avaliador analisará as informações registradas no “**QUADRO DE INFORMAÇÕES**” e elaborará um registro da conclusão (tomada de decisão) da etapa em questão. As páginas a seguir, apresentam o caderno-guia na versão para impressão.

1 COMPREENDER A SITUAÇÃO

1 IDENTIFICAR NECESSIDADES

QUADRO DE ORIENTAÇÕES

Passos preliminares:

Definir quem será o avaliador, podendo ser um gestor, ou professor de sala, ou profissional da escola. O avaliador deve ser um indivíduo que possa ter uma visão imparcial e que tenha contato com a criança com TEA, para que possa acompanhar todo o processo com a família, cuidadores, profissionais, educadores. A função do avaliador será seguir o passo a passo do caderno-guia, lendo as instruções passo-a-passo, planejando cada etapa e executando-as, efetuando as anotações necessárias. Cada etapa está contida em uma das folhas do caderno. Quando finalizada, deverá passar para a etapa seguinte, virando a página, até a finalização do processo.

1º Passo:

- O avaliador deverá primeiramente definir quais indivíduos podem ser ouvidos, para ter-se uma visão geral do problema, na visão da família (ou cuidador) do educando com deficiência, da escola e da própria criança, se possível. Uma forma de executar este passo é definir quais pessoas podem fazer parte da entrevista inicial, de modo a poder realizar:
 - Uma conversa com a escola (com a professora e demais profissionais que possuam um convívio diário com a criança) que possam oferecer sua visão sobre o problema;
 - Uma conversa com os pais ou responsáveis (ou cuidador caso houvesse) da criança.
 - Uma conversa com a criança (caso autorizado pelos responsáveis, se fosse necessário ou possível).

Objetivo da conversa: ouvir as queixas e problemas identificados pelos profissionais da escola, e pela família, na convivência dos indivíduos da escola com o estudante ou na participação da criança nas atividades da escola.

Planejamento:

- Para iniciar a conversa, sugere-se realizar três perguntas aos profissionais da escola:
 - Quais as principais queixas ou dificuldades?
 - O que já está sendo efetuado na escola ou sala de aula para solucionar as dificuldades, mas sem sucesso?
 - Quais as expectativas com as soluções que serão geradas?

O avaliador deverá deixar os entrevistados à vontade, para que expressem suas respostas, ou efetuem comentários que sejam pertinentes. Anotar na folha à direita, no **QUADRO DE INFORMAÇÕES**, a visão da escola sobre o problema.

- A seguir, efetuar a mesma entrevista com a família e/ou cuidadores da criança, as mesmas perguntas, em relação às dificuldades enfrentadas no ambiente doméstico com a criança, sua participação na escola. Anotar na folha à direita, no **QUADRO DE INFORMAÇÕES**, a visão da família sobre o problema.

- Por fim, caso seja possível entrevistar a criança, efetuar perguntas a respeito de como se sente no ambiente escolar, se possui amigos, se compreende por que frequenta a escola. Anotar na folha à direita, no **QUADRO DE INFORMAÇÕES**, a visão da criança sobre o problema.

2º Passo:

- O avaliador deverá ler as anotações do **QUADRO DE INFORMAÇÕES** na página à direita, e registrar o principal problema identificado, no **QUADRO DE CONCLUSÕES**, na página à direita.

QUADRO DE INFORMAÇÕES

QUADRO DE CONCLUSÕES

PROBLEMA IDENTIFICADO:

1 COMPREENDER A SITUAÇÃO

2 CONHECER ESTUDANTE, CONTEXTO(S) & INTERAÇÕES

QUADRO DE ORIENTAÇÕES

1º Passo: Efetuar uma avaliação mais minuciosa a respeito das características principais do estudante (características sociodemográficas, gostos pessoais do aluno, desenvolvimento, estado de saúde), e as características de participação do estudante na família e na escola. Apresenta-se abaixo um esquema das características principais que deveriam ser mensuradas pelo avaliador (as quais foram delecionadas de acordo com os domínios da CIF):

QUAIS AS CARACTERÍSTICAS PESSOAIS DO ESTUDANTE? FATORES PESSOAIS <ul style="list-style-type: none">Dados sociodemográficosHistórico escolarPreferências pessoais/personalidadeComportamentoEstrutura familiar ESTRUTURA E FUNÇÕES DO CORPO <ul style="list-style-type: none">Perfil de saúde e desenvolvimento:<ul style="list-style-type: none">Funções sensoriais (família e escola)Nível de suporte (TEA)Cognição/ compreensãoComunicaçãoMobilidade	QUAIS AS CARACTERÍSTICAS DA PARTICIPAÇÃO DO ESTUDANTE NO CONTEXTO FAMILIAR? ATIVIDADES E PARTICIPAÇÃO <ul style="list-style-type: none">Possui capacidade (consegue) realizar AVDs?Desempenha tarefas escolares?Consegue estabelecer relações interpessoais?Segue os ritmos/processos/rotinas? FATORES AMBIENTAIS <ul style="list-style-type: none">Quais os principais indivíduos nas suas relações familiares e sociais?Há fatos/acontecimentos importantes?Quais as características do lar (mobilidade, estrutura, organização, conforto térmico/acústico/luminico)?	QUAIS AS CARACTERÍSTICAS DA PARTICIPAÇÃO DO ESTUDANTE NA ESCOLA? ATIVIDADES E PARTICIPAÇÃO <ul style="list-style-type: none">Possui capacidade (consegue) realizar AVDs?Desempenha tarefas escolares?Estabelece relações interpessoais?Segue os ritmos/processos/rotinas?Quais os níveis de trabalho? FATORES AMBIENTAIS <ul style="list-style-type: none">Quais os principais indivíduos nas relações da escola? Há rede de apoio?Há fatos/acontecimentos importantes?Quais as características da escola (mobilidade, estrutura, organização, conforto térmico/acústico/luminico)?
--	--	---

No quadro abaixo são apresentados os principais protocolos e questionários que podem ser empregados para a coleta de dados:

Instrumento	Acesso	Função
Protocolo de Avaliação de Escolares com Deficiência Intelectual (PAEDI)	MICCAS, C. Avaliação de funcionalidade em atividades e participação de alunos com deficiência intelectual:elaboração do protocolo escolar. 2011. Dissertação (Mestrado em Distúrbio do Desenvolvimento) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011. Pág. 48-49. (Em: https://adelpha-api.mackenzie.br/server/api/core/bitstreams/7db38edb-88ce-4877-b363-f839d7a104bf/content . Acesso em 19/10/2024)	Desenvolvido por Miccas (2011) para avaliar, segundo a CIF, as atividades e participação de escolares com síndrome de Down. Adaptado para educandos com TEA por Miccas (2014).
Instrumento de Funcionalidade Brasileiro Modificado (IFBrM)	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Relatório Final do Grupo de Trabalho sobre Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência. APÊNDICE II - Instrumento De Funcionalidade Brasileiro Modificado (IFBr-M) . Publicado em 18/09/2024 (Em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-deficiencia/publicacoes/PropostadeInstrumentodeAvaliaoIFBrMcomajustesversorelatriofinaldoGTI.pdf acesso em 19/10/2024)	O IFBrM foi ratificado como o instrumento oficial para a avaliação biopsicossocial da deficiência. Proporciona uma avaliação integral, levando em conta os impedimentos corporais de longo prazo e os fatores pessoais em relação com a presença de barreiras sociais e ambientais que restringem a participação social das pessoas com deficiência. É mais fácil de utilizar que o PEDI, e o PEDI, é restrito às atividades básicas de vida diária, já o IFBR abrange questões escolares e de convivência social. PEDI também é mais difícil em termos de análise quantitativa de seus dados, sendo necessário montar os gráficos e sobrepor o gráfico da capacidade com o do desempenho.
MIF Medida da Independência Funcional	Riberto M, Miyazaki MH, Filho DJ, Sakamoto H, Battistella LR. Reprodutibilidade da versão brasileira da Medida de Independência Funcional. Acta Fisiátrica 2001; 8(1): 45-52. Ottenbacher KJ, Hsu Y, Granger CV, Fiedler RC. The reliability of the Functional Independence Measure: a quantitative review. Arch Phys Med Rehabil 1996; 77: 1226-32	MIF faz parte do Sistema Uniforme de Dados para Reabilitação Médica (SUDRM), sendo amplamente utilizada e aceita como medida de avaliação funcional internacionalmente. No Brasil, a MIF teve sua tradução e reprodutibilidade da versão em 2001 por Riberto et al. e apresenta boa confiabilidade para o escore total da MIF e para as dimensões. Sua natureza é multidimensional, e pode ser utilizada para trazer resultados quanto ao tratamento, como forma de planejamento terapêutico, dentre outros.
Avaliação Pediátrica de Incapacidade - PEDI (Pediatric Evaluation of Disability Inventory).	Mancini, Marisa Cotta. Inventário de avaliação pediátrica de incapacidade (PEDI) Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2005. 193 p.: il.; 26 cm Manual da versão brasileira adaptada Adaptação de: Pediatric evaluation of disability inventory (PEDI) / Stephen M. Haley ... [et al.] ISBN 8570414706 (broch.)	O PEDI foi desenvolvido por Haley et al. em 1992 e validado para a população brasileira por Mancini em 2005. Trata-se de questionário estruturado composto por três partes. A primeira avalia as habilidades funcionais da criança nas áreas de autocuidado mobilidade e função social. A Parte II relaciona-se à necessidade de ajuda fornecida pelo cuidador para a execução das mesmas áreas avaliadas na primeira parte. Sugere-se utilizar quando se deseja entender o que é que a criança é capaz de fazer em termos das atividades de vida diária e o quanto de assistência ela recebe no dia a dia, que reflete, por outro lado, se ela está desempenhando ou não
PEDI-CAT	Pediatric Evaluation of Disability Inventory Computer Adaptive Test (PEDI-CAT. Stephen M. Haley, PhD, PT, FAPTA Wendy J. Coster, PhD, OTR/L, FAOTA; Helene M. Dumas, PT, DPT, MS; Maria A. Fragala-Pinkham, PT, DPT, MS Richard Moed, MPA (Em: https://www.pearsonassessments.com/store/usassessments/en/Store/Professional-Assessments/Behavior/Pediatric-Evaluation-of-Disability-Inventory-Computer-Adaptive-Test/p/100002037.html acesso em 19/10/2024)	Trata-se da versão online do instrumento PEDI. O PEDI-CAT é um relatório adaptativo de cuidador por computador que mede Atividades Diárias, Mobilidade, Social/Cognitiva e Responsabilidade. Foi projetado para uso com crianças e jovens com diversas condições físicas e/ou comportamentais.
Outros documentos Sugeridos	<ul style="list-style-type: none">Perfil Psicoeducacional Revisado (PEP R) ou Perfil Psicoeducacional 3ª Edição (PEP III)Inventário Portage Operacionalizado (IPO)Checklist da CIF ou algum Core Set da CIFInventário Dimensional de Avaliação do Desenvolvimento Infantil (IDADE)Escala Bayley de Desenvolvimento Infantil e JuvenilTeste de triagem do Desenvolvimento Infantil (Denver II)Medida da Participação e do Ambiente - Crianças e Jovens (PEM-CY)Bateria de Avaliação de Movimento para Crianças 2 (Movement - ABC 2)Bateria Psicomotora de Vitor da FonsecaProtocolo de Avaliação Motora (EDM - III)Provas Operatórias PiagetianasAvaliação Neuropsicológica Cognitiva 4 volumes - Atenção e Funções Executivas/Linguagem Oral/Leitura, Escrita e Aritmética/Memória de Trabalho (Seabra, Martins e Capovilla)	

QUADRO DE INFORMAÇÕES

QUADRO DE CONCLUSÕES

1 COMPREENDER A SITUAÇÃO

IDENTIFICAR BARREIRAS

QUADRO DE ORIENTAÇÕES

Buscar, por meio da leitura do Quadro de Orientações e dos resultados da etapa anterior, identificar as principais barreiras à inclusão.
Caso os dados não sejam conclusivos, investigar mais profundamente para poder identificar as barreiras e os facilitadores às atividades e participação do estudante na sala de aula.
Sugestão: efetuar nova coleta de informações, à equipe de profissionais (psicologia, terapia ocupacional, fisioterapia, psicopedagogia, medicina), dependendo das características coletadas na etapa anterior, que estejam levando`a necessidade de esclarecimento do quadro.

QUADRO DE INFORMAÇÕES

QUADRO DE CONCLUSÕES

1 COMPREENDER A SITUAÇÃO

IDENTIFICAR FACILITADORES

QUADRO DE ORIENTAÇÕES

Buscar, por meio da leitura do Quadro de Orientações e dos resultados da etapa anterior, identificar os principais facilitadores à inclusão, que podem auxiliar na busca de soluções para a eliminação as barreiras.

QUADRO DE INFORMAÇÕES

QUADRO DE CONCLUSÕES

1 COMPREENDER A SITUAÇÃO

DEFINIR PRIORIDADES

QUADRO DE ORIENTAÇÕES

Sugere-se efetuar a leitura de todos os resultados obtidos, para definir as prioridades, junto à equipe de profissionais da escola e avaliadores

QUADRO DE INFORMAÇÕES

QUADRO DE CONCLUSÕES

QUADRO DE ORIENTAÇÕES

Efetuar reunião com a equipe de profissionais da escola e avaliadores, para decidir em conjunto as soluções de TA a serem desenvolvidas

QUADRO DE
INFORMAÇÕES

QUADRO DE
CONCLUSÕES

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ata da Reunião VII, de dezembro de 2007. Comitê de Ajudas Técnicas**Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (CORDE/SEDH/PR) Disponível em:<http://www.mj.gov.br/corde/arquivos/doc/Ata_VII_Reunião_do_Comite_de_Ajudas_Técnicas.doc> Acesso em 20 de jul.2013. http://www.mj.gov.br/corde/arquivos/doc/Ata_VII_Reunião_do_Comite_de_Ajudas_Técnicas.doc

BRASIL, [LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015.](#) **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa** com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

GOMES, M. L. A. ; ANDRADE, B. R. F. DE ;RUSCHIVAL, C. B.; CARVALHO, C. M. da S.. Project Idea Canvas. DAT Journal Design Art And Technology, v. 8, p. 124-140, 2023. DOI: <https://doi.org/10.29147/datjournal.v8i4.715>

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Portaria Interministerial** MF/MCTI/SDH Nº 604/2013.

NORMAN, D. A. **The Design of Everyday Things: Revised and Expanded Edition.** New York: Basic Books, 2013.

ROSE, D. H.; MEYER, A. **Teaching every student in the digital age: Universal Design for Learning.** Alexandria: Association for Supervision and Curriculum Development (ASCD), 2002, 216p.

SANTA CATARINA. Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE). **Diretrizes dos Centros de Atendimento Educacional Especializado em Educação Especial.** (Livro Eletrônico)/ Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE).- São José/SC: FCEE, 2020.

SCHULER, D. NAMIOKA, A. (Eds.). Participatory design: Principles and practices. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates, 1993.



ISBN ↓
978-65-01-28290-9